

Clube de Paris já esperava moratória

por Celso Pinto
de Brasília

A suspensão do pagamento do principal devido aos bancos oficiais, formalizada ontem, já era uma atitude esperada pelos governos credores e não deverá interromper as negociações do Brasil com o Clube de Paris.

O Clube, aliás, já havia aceito prorrogar por sessenta dias, até 15 de setembro, o prazo para negociar a dívida do primeiro semestre.

A decisão de não pagar o principal era esperada, porque o Brasil já havia deixado implícita essa disposição no documento que enviou ao Clube de Paris, há cerca de três semanas, pedindo a prorrogação do prazo da negociação. No texto, as autoridades brasileiras diziam que não poderiam honrar o pagamento integral da dívida oficial a partir de 1º de julho sem comprometer suas reservas. Além do documento, dois funcionários graduados brasileiros foram pessoalmente a Paris conversar com o presidente do Clube, Jean-Claude Trichet.

Ao solicitar a prorrogação do prazo de negociação, o Brasil não falava em

um novo prazo específico. Alegava, apenas, que não seria possível cumprir, até o dia 15 de julho, quando terminava o acordo assinado em janeiro, as duas condições necessárias para retomar as discussões: uma avaliação positiva da economia brasileira feita pelo FMI e um acordo encaminhado com os bancos credores privados.

Trichet mandou um telex de resposta ao Brasil em que examinava as duas questões. Num parágrafo, Trichet explicava que os governos desenvolvidos, por ele representados, sublinhavam a "crucial importância" que colocavam no fato de o Brasil retomar os pagamentos a partir de 1º de julho ao examinarem a possibilidade de retomar o crédito ao País.

Essa forma de colocar o problema foi considerada hostil por alguns membros do governo, mas observadores experientes não entendem dessa forma. De fato, no acordo firmado com o Clube de Paris em 21 de janeiro, o Brasil reescalou, provisoriamente, o principal devido no primeiro semestre, mas prometeu retomar o pagamento do principal e juros a partir de 1º de julho.

O Clube, por sua vez,

aceitou negociar, de forma definitiva, o reescalonamento do principal devido no primeiro semestre, desde que tivessem sido cumpridos, até 15 de julho, os dois requisitos já mencionados: a avaliação do FMI e o acordo com os bancos privados.

O Brasil reclama que os governos dos países desenvolvidos não fizeram sua parte ao recusar-se a reabrir o crédito oficial ao País, mesmo depois do acordo de 21 de janeiro. De fato, o crédito não foi reaberto, mas havia apenas uma promessa informal dos países em fazê-lo, e numa discussão feita em dezembro de 1986 com o Brasil.

(Continua na página 17)

"Ninguém esperava mesmo receber um centavo do principal de 1987. Depois que não reabrimos as linhas de financiamento comercial, como dissemos que faríamos na reunião de janeiro do Clube, só podíamos esperar que o Brasil exercesse a opção de rolar temporariamente os US\$ 464 milhões do principal do primeiro semestre", disse uma fonte do governo inglês ao nosso correspondente Tom Camargo.

(Ver página 17)